

Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal da Covilhã

RESPONSÁVEL PELO REGISTO DA OCORRÊNCIA

Nome

Telefone E-mail

Estatuto / Função: (selecionar apenas uma opção)

- Aluno
 Atleta
 Participante
 Professor
 Dirigente
 Organizador
 Pais
 Espetador
 Comunicação Social
 Outro

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA JUSTIFICATIVA DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO BRANCO

A quem foi atribuído: (selecionar apenas uma opção)

- Aluno
 Atleta
 Participante
 Professor
 Dirigente
 Organização
 Pais
 Espetador
 Comunicação Social
 Entidade
 Outro

Evento:

decorreu em (local),

no dia às horas.

Descrição do comportamento / ocorrência: (anexar documentos comprovativos)



Praça do Município
6200-151 Covilhã
Portugal
Tlf. (00351) 275 330 600
Fax (00351) 275 330 633
e.mail info@cm-covilha.pt
www.cm-covilha.pt
Contribuinte 505 330 768

RESPONSÁVEL PELO COMPORTAMENTO

Nome
Telefone E-mail
CC/NIF

Denominação do grupo em que se insere: (selecionar apenas uma opção)

- Associação / Clube
 Escolas
 Evento / Atividade
 Programa Municipal
 Outras Entidades

OUTRAS INFORMAÇÕES / CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

PROTEÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais recolhidos neste formulário são objeto de tratamento pela Câmara Municipal da Covilhã no âmbito das suas funções, e para a(s) finalidade(s) constante(s) do mesmo, por isso declaro que:

- Dou o meu consentimento expresso, informado e específico ao tratamento dos meus dados pessoais constantes deste formulário;
- Sei que posso aceder aos meus dados, que posso retificá-los e que posso obter o seu apagamento e portabilidade;
- Foi-me informado o contacto do Encarregado de Proteção de Dados (protecao.dados@cm-covilha.pt);
- Tomei conhecimento da Política de Privacidade e de Proteção de Dados em vigor no Município da Covilhã, disponível em <https://www.cm-covilha.pt/politicadeprivacidade> e localmente no Balcão Único.

Covilhã,

O Requerente,

FALSAS DECLARAÇÕES

O subscritor declara que os dados constantes do presente requerimento correspondem à verdade, estando consciente de incorrer em eventual responsabilidade penal, nos termos do artigo 256.º do Código Penal, que integra o crime de falsificação de documentos, no caso de prestar falsas declarações ou informações.